

# Ciencia y Técnica en la Universidad

Trabajos de Historia de  
las Ciencias y de las  
Técnicas

Volumen I

Dolores Ruiz-Berdún (editora)

El contenido de este libro no podrá ser reproducido,  
ni total ni parcialmente, sin el previo permiso escrito del  
editor. Todos los derechos reservados.

© Universidad de Alcalá, 2018  
Servicio de Publicaciones  
Plaza de San Diego, s/n  
28801 Alcalá de Henares  
[www.uah.es](http://www.uah.es)

I.S.B.N Volumen I: 978-84-16978-80-9  
I.S.B.N. Obra Completa: 978-84-16978-79-3  
Depósito Legal: M-35758-2018

Diseño de cubierta: Ana Callejas

Realización: Imprenta Roal  
Gamonal, 5. 28031 Madrid

Impreso en España

**A ESCOLA VALERÁ SEMPRE O QUE VALEREM OS MESTRES OU A  
PRESENÇA PORTUGUESA NOS CONGRESSOS INTERNACIONAIS DO  
ENSINO SECUNDÁRIO SOB O PATROCÍNIO DA JUNTA DE EDUCAÇÃO  
NACIONAL (BRUXELAS, 1930; PARIS, 1931)<sup>1</sup>**

Quintino LOPES y Ângela SALGUEIRO  
(IHC-CEHFCi-UÉ-NOVA FCSH)

**Pedagogia, ensino e «respublicanismo»**

A implantação da I República em 1910 permitiu concretizar um amplo projecto de reforma educativa, desenvolvido pelos ideólogos republicanos desde o último quartel do século XIX, no qual a educação ocupava um papel central no movimento regenerativo e progressivo do País. Esta reforma, dinamizada pelo Governo Provisório (1910-1911), abrangeu os vários níveis de escolaridade, dedicando particular atenção ao ensino primário e ao ensino superior. Como principais concretizações destacam-se a expansão da rede escolar, a criação do ensino infantil, a reorganização do ensino primário em três graus – elementar, complementar e superior –, a criação das Universidades de Lisboa e Porto e de vários estabelecimentos técnicos, como o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Agronomia. Impulsionou também a instrução popular, por intermédio das Universidades Populares, e apostou na formação de professores, materializada na organização de escolas normais superiores<sup>2</sup>.

A problemática do desenvolvimento científico e da implementação do ensino experimental ocupou, então, um lugar de relevo. No ideário republicano os cidadãos deveriam ser educados mediante um método científico e ser despertados para a necessidade de utilizar a observação, a análise e a experimentação em todos os aspectos da sua vida, desde os seus deveres sociais e cívicos à sua actividade profissional. Assim, os governos republicanos apostaram na organização de laboratórios e

<sup>1</sup> A presente comunicação insere-se no projecto de investigação «Dinâmicas de renovação educativa y científica en las aulas de bachillerato (1900-1936): una perspectiva ibérica», com a referência HAR2014-54073-P, coordenado por Leoncio López-Ocón (CSIC).

<sup>2</sup> CARVALHO, Rómulo de (2008) *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 4.ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991) «A instrução pública: os limites de uma reforma». En: REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*: 233-252. Lisboa: Alfa.

gabinetes nas escolas e liceus, onde se ministrava o ensino prático de disciplinas como a Química, a Física, as Ciências Naturais e a Geografia<sup>3</sup>.

A reforma republicana do ensino permitiu ainda o aprofundamento das relações entre as problemáticas educativas e a pedagogia, através da criação de novas disciplinas, como foi o caso da cadeira de Psicologia Experimental, integrada nos currículos científicos das Faculdades de Letras, e da constituição de estabelecimentos anexos como o Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Coimbra, dirigido pelo professor Augusto Joaquim Alves dos Santos (1866-1924).

Valorizaram-se também os princípios da *Educação Nova*, que privilegiavam a prática experimental e o ensino técnico e profissional, compreendendo que as crianças deveriam sair da escola preparadas para o exercício de uma profissão. Neste sentido, criaram-se e apoiaram-se escolas-modelo, que seguiam as modernas práticas pedagógicas e reuniam mestres altamente especializados, muitos dos quais integravam a elite pedagógica republicana. Foi o caso da Escola Rodrigues de Sampaio, dirigida por Adolfo Coelho (1847-1919), da Escola-Oficina n.º 1, liderada por Adolfo Lima (1874-1943) ou do Instituto Médico Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, dirigido por António Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922)<sup>4</sup>.

Apesar das limitações reconhecidas às reformas republicanas em matéria de ensino secundário, procurou-se, sobretudo a partir de 1918, pela mão do ministro da Instrução Pública José Alfredo Mendes de Magalhães (1870-1957), modernizar o mesmo, procurando promover o «desenvolvimento intelectual do espírito, o desenvolvimento normal do corpo e a educação do sentimento e da vontade»<sup>5</sup>, incrementando a autonomia administrativa das instituições e apostando na autonomização do ensino liceal feminino. Contudo, as reformas levadas a cabo estavam ainda muito longe do ideário pedagógico republicano e das propostas de vários professores e intelectuais coetâneos.

Destas destaca-se, pela sua abrangência e complexidade, a *proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional*, apresentada à Câmara dos Deputados em 1923 pelo ministro da Instrução Pública,

<sup>3</sup> SALGUEIRO, Ângela (2015) *Ciência e Universidade na I República*. Lisboa: FCSH-UNL (policopiado). PROENÇA, Maria Cândida (coord.) (2010) *Educar. Educação para todos. Ensino na I República*. CNCCR.

<sup>4</sup> *Ibidem*. FERNANDES, Rogério (1979) *A Pedagogia portuguesa Contemporânea*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.

<sup>5</sup> Decreto n.º 4650, de 14 de Julho. *Diário do Governo*, I Série, 2.º Supl., n.º 157, 14-VII-1918.

João Camoesas (1887-1951)<sup>6</sup>. Esta proposta de reorganização do ensino definia, pela primeira vez, uma reforma global dos diferentes níveis de escolaridade, prosseguindo a ideia de constituição de um sistema de ensino integrado. A autoria da mesma foi do pedagogo Faria de Vasconcelos (1880-1939), responsável pelos textos de natureza pedagógica da revista *Seara Nova* e principal obreiro das escolas *novas* de Bierges-les-Wavre, na Bélgica, e em Sucre, na Bolívia<sup>7</sup>.

Constituído por 24 bases, o projecto reconhecia a falência das várias medidas legislativas republicanas, identificando os principais problemas do sistema educativo português. Face a este diagnóstico concluía-se que era urgente uma reacção enérgica da tutela. Assim, apresentava-se um plano de acção estruturado, bastante influenciado pelo movimento *Educação Nova*, subordinado aos princípios da educação integral, da democratização do ensino, da organização de escolas-modelo e da promoção da formação científica e pedagógica de professores<sup>8</sup>. Para o sucesso da reforma seria essencial a organização de currículos científicos articulados e ajustados ao tecido económico e social, bem como a constituição de modernas Faculdades de Ciências da Educação, que contemplassem as necessidades específicas de formação dos professores ou mesmo dos médicos escolares, junto das quais deveriam funcionar instituições de apoio como um Instituto de Psico-Pedagogia Nacional e Didáctica experimental. Em articulação com esta premissa definia-se a criação de uma verba especial para o aprofundamento da formação de professores, que possibilitaria a realização de missões de estudo e a concessão de pensões no estrangeiro, para além de se contemplar acréscimos nos vencimentos dos professores de maior dedicação e competência.

Recebido com grande entusiasmo, o projecto teve repercussões evidentes nos principais órgãos de difusão coevos, sobretudo nos que se relacionavam mais directamente com as questões educativas e pedagógicas. No entanto, a proposta de lei acabaria por não ser sequer discutida no Parlamento, pela queda do governo Democrático liderado por António Maria da Silva (1872-1950).

#### **A Junta de Educação Nacional e a representação de professores em congressos internacionais**

A criação da Junta de Educação Nacional (JEN) em 1929, numa conjuntura marcada já pela Ditadura Militar, mas num contexto científico

<sup>6</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 113.ª sessão, 21-VI-1923.

<sup>7</sup> CUNHA, António (1997) *Faria de Vasconcelos: pensamento e acção pedagógica*. Braga: Universidade do Minho (policopiado).

<sup>8</sup> *Diário do Governo*, II Série, n.º 151, 02-07-1923, p. 2262. CUNHA, António (1997), *op. cit.*, nota 7, p. 151-158.

e intelectual caracterizado ainda pelo ideário «respublicano», onde a modernização cultural, científica e intelectual das elites estava intimamente associada à crença no progresso político, económico e social dos Estados, acabaria por contribuir para a dinamização da pedagogia em Portugal, quer do ponto de vista disciplinar, quer científico<sup>9</sup>.

Neste domínio, os principais instrumentos de actuação da JEN acabariam por desempenhar um papel estrutural, pelo apoio a instituições científicas, pelo financiamento a missões de estudo, pela concessão de bolsas de estudo no país e no estrangeiro e pela promoção da cultura, do intercâmbio e da representação oficial de Portugal em grandes eventos internacionais<sup>10</sup>.

Áreas do conhecimento	Congressos nacionais e internacionais	Congressos com participantes subsidiados pela JEN
Arte	28	0
Ciências	145	6
Demografia, Sociologia, Economia e Ciências da comunicação	53	1
Direito	32	2
Engenharia	12	0
Engenharia agronómica	28	0
Farmácia	5	0
Letras	74	4
Medicina	179	9
Pedagogia	35	7
Vários	11	0
<b>Total</b>	<b>602</b>	<b>29</b>

**Quadro 1.** Congressos com representação portuguesa financiada pela JEN (1929/36). Fonte: LOPES, Quintino, *op. cit.*, nota 10: 241.

<sup>9</sup> CATROGA, Fernando (2011) *Ensaio Respublicano*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água.

<sup>10</sup> Decreto n.º 16381, de 9 de Janeiro, *Diário do Governo*, I Série, n.º 13, 16-I-1929, p. 122. SALGUEIRO, Ângela (2015), *op. cit.*, nota 3. LOPES, Quintino (2017) *A Junta de Educação Nacional (1929-36): traços de europeização na investigação científica em Portugal*. Évora: Universidade de Évora (policopiado).

De facto, se se tiver em consideração a rubrica «representação em congressos», verifica-se que a maioria dos congressos com delegados portugueses subsidiados se centra em áreas do conhecimento a que a Junta, nas bolsas de longa duração no estrangeiro e no país, e nos apoios às instituições e publicações científicas, sistematicamente atribui maior preponderância – a Medicina (31%), as Ciências (20,7%) e as Letras (13,8%), agora acrescidas da Pedagogia (24,1%).

A presença em sete congressos de Pedagogia num universo de trinta e cinco representa uma taxa de participação de 20%, o que significa recair sobre esta área do conhecimento, proporcionalmente, a participação mais elevada. Dois nomes se destacam nos congressos de Pedagogia – José Júlio de Bettencourt Rodrigues e José Joaquim de Oliveira Guimarães (1877-1960), que entre si presenciaram reuniões pedagógicas internacionais durante todo o período de funcionamento da Junta de Educação Nacional, buscando uma constante actualização dos conhecimentos científicos.

A sua presença nestas reuniões internacionais é tanto mais importante se se tiver em atenção a conjuntura de institucionalização do Estado Novo, marcada por algumas reformas educativas destinadas a desmantelar a *escola republicana*, atacando aspectos fundamentais relacionados com a laicidade, a coeducação, a autonomia administrativa, a descentralização e o cientificismo, bem como as suas elites científicas e pedagógicas, que ainda apresentavam diferentes matrizes intelectuais e mentais, diversidade que não agradava às autoridades políticas. Neste sentido, a JEN contribuiu decisivamente para disseminar um ideário educativo distinto do promovido pelos poderes públicos que então a suportavam<sup>11</sup>.

A importância que os dirigentes da Junta de Educação Nacional atribuíam às inovações introduzidas pelos próprios professores, em contraposição à influência exercida pelo quadro legal na alteração do *ambiente escolar*, pode ser aferida na ideia veiculada pelo primeiro secretário da JEN e um dos principais obreiros da instituição, Simões Raposo (1898-1934), em 1930:

Sob o ponto de vista pedagógico a actividade da Junta de Educação Nacional tem obedecido também ao pensamento de que o processo mais rápido, mais económico e mais eficaz de remediar as deficiências e atender às dificuldades do ensino público, reformando-o nos seus intuítos e nos seus métodos, consiste em melhorar a preparação pedagógica e científica do pessoal docente, fazendo-o aproveitar a experiência dos centros mais progressivos e remodelando a sua mentalidade pela aquisição de novos hábitos e nova disciplina de trabalho... / De acordo com esta orientação ... se conseguirá, decerto, modificar, pouco a pouco, o ambiente escolar.

<sup>11</sup> LOPES, Quintino (2017), *op. cit.*, nota 10, p. 243.

que é sempre mais influenciado pela personalidade dos professores do que pela legislação. Esta pode remover obstáculos ou remediar inconvenientes de organização reconhecidos na prática, pode trazer maiores facilidades ao labor científico e pedagógico, mas não completa preparações insuficientes, não aperfeiçoa métodos de trabalho, nem renova tendências e por isso, pelo seu carácter geral e impessoal, deixa quase inalterada a escola que pretendia reformar e que irá adaptar-se às novas normas com os antigos defeitos, porque a escola valerá sempre o que valerem os mestres e as qualidades destes não mudam ao sabor das leis<sup>12</sup>.

### José Júlio de Bettencourt Rodrigues e os XII e XIII Congressos Internacionais do Ensino Secundário

José Júlio de Bettencourt Rodrigues (1876-1948), filho do químico e professor da Escola Politécnica de Lisboa José Júlio Bettencourt Rodrigues e de Eulália Henriqueta de Bettencourt, foi professor do ensino liceal tendo uma ampla formação científica, obtida na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, na frequência de um curso de Belas-Artes em Bruxelas e na realização de um estágio científico na mesma cidade no início do século XX, no qual se dedicou ao estudo do ensino das ciências, particularmente da Química, da Física e das Ciências Naturais<sup>13</sup>.

Ligado a vários movimentos de renovação pedagógica, particularmente ao movimento *Educação Nova*, José Júlio Rodrigues defendia a necessidade de implementação de um ensino de cariz prático e experimental, no qual professores e alunos se dedicassem a trabalhos de índole científica. Na sua actividade lectiva, Rodrigues implementou a realização de experiências laboratoriais pelos alunos, sendo ainda partidário da elaboração de trabalhos de grupo, de trabalhos manuais, da ginástica, de aulas com a duração máxima de quarenta e cinco minutos, da música, dos jogos e das excursões como recursos didácticos, da supressão dos exames e da introdução da figura do médico escolar<sup>14</sup>. Seriam estas premissas que o mesmo professor, então docente do Liceu

<sup>12</sup> JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1930) *Relatório dos trabalhos efectuados em 1929-1930*. Lisboa: 12-13 (Sublinhado nosso).

<sup>13</sup> DINIZ, Aires (2011) «José Júlio Rodrigues – Ensino da Química e Investigação Experimental». En: FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota y MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*: 309-331. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. PAULO, João Carlos (2003) «RODRIGUES, José Júlio de Bettencourt». En: NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*: 1216. Porto: Edições Asa.

<sup>14</sup> LOPES, Quintino (2017), *op. cit.*, nota 10, p. 244-245. DINIZ, Aires (2011) *op. cit.*, nota 12, p. 309-331.

Central João de Deus, em Faro, iria defender no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário em Julho de 1930.

Organizado em Bruxelas, pelo Bureau international des fédérations nationales du personnel de l'enseignement secondaire public, um organismo internacional criado em 1912, este Congresso procurava contribuir para a dinamização do debate e para o progresso das metodologias pedagógicas e educativas, com particular incidência para as problemáticas do ensino secundário. Enquanto delegado do governo português, financiado pela Junta de Educação Nacional, José Júlio Rodrigues ocupou uma posição destaque no Congresso de Bruxelas, como relator geral do mesmo evento e como um dos intervenientes mais dinâmicos, na defesa da necessidade de supressão dos exames no ensino secundário e da introdução dos médicos escolares nos liceus<sup>15</sup>.

Sobre a discussão suscitada por estas duas últimas ideias no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário redigiu José Júlio Rodrigues um extenso relatório que, no seu regresso, apresentou à JEN. Tendo-se debatido «o surmenage dos alunos no ensino secundário» e «a organização dos estabelecimentos de ensino secundário sob os pontos de vista didáctico, estético e higiénico», o delegado português defendeu, verbalmente e por escrito – neste caso por intermédio de dois relatórios impressos que distribuiu pelos congressistas –, que o *surmenage* consistia na quebra de rendimento de um aluno sob um grau de esforço normal e mantendo a mesma intensidade<sup>16</sup>.

Reconhecendo nos exames uma das suas causas propunha a sua extinção, substituindo-os por uma avaliação ocorrida no último mês ou na última quinzena lectiva, permitindo que no ambiente escolar normal os alunos pudessem ser mais eficazmente avaliados. Paralelamente, defendia que os quadros directivos das escolas secundárias deveriam incorporar médicos especialistas em psicofisiologia e em higiene mental, os quais, entre outras funções, elaborariam fichas psicofisiológicas preventivas, permitindo aos professores pautarem a sua conduta em conformidade com a individualidade de cada aluno, na senda do pensamento de João Camoesas e de Faria de Vasconcelos no decurso da década de 1920<sup>17</sup>.

Estas posições por si defendidas nas longas horas de controvérsia que a questão do *surmenage* suscitou mereceram-lhe de alguns dos principais jornais belgas «referências extremamente honrosas», afirmando não apenas o secretário-geral do encontro que no XIII Congresso

<sup>15</sup> RODRIGUES, José Júlio (1931) «XIII Congresso Internacional de Ensino Secundário». *LABOR*, 35-36: 407-446.

<sup>16</sup> Arquivo Instituto Camões (AIC), Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

Internacional do Ensino Secundário José Júlio Rodrigues estaria no *centro das atenções*, como o Bureau International de l'Enseignement Secondaire Public propôs mesmo a sua realização em Lisboa<sup>18</sup>. Rodrigues seria então entrevistado por vários jornalistas estrangeiros, nomeadamente Maurice Palmans do jornal *Le Neptune*<sup>19</sup>, e mereceria destaque em órgãos de comunicação internacionais como o jornal belga *Le Soir* que, em 25 de Julho de 1930, publicava o seguinte:

*Qu'est-ce que le surmenage? [...] Ceux qui ont suivi les récents débats du XIIe Congrès international de l'enseignement secondaire ont pu s'en rendre compte. La question du surmenage scolaire était le centre d'intérêt des travaux du Congrès; mais, malgré les longues discussions, aucune définition proposée du surmenage ne put rallier toutes les opinions. / Cependant l'une de celles qui retint le plus l'attention fut donnée par le professeur José Júlio Rodrigues, premier délégué portugais. Nous croyons utile de la reproduire à l'intention de nos lecteurs que la question intéresse: / «Le surmenage est tout état de mauvais rendement de l'élève sous la pression d'un effort normal» ou encore, sous une forme spécifique: «Le surmenage c'est le fléchissement de la courbe de rendement de l'élève sous un degré d'effort normal et toujours de la même intensité»<sup>20</sup>.*

Considerando que a intervenção pública de um pedagogo como José Júlio Rodrigues, nomeadamente por intermédio dos periódicos, das monografias ou das conferências, forma a opinião pública, particularmente no caso dos próprios docentes do ensino secundário – que deste modo, eventualmente, modificarão as suas práticas educativas –, mais importante será destacar que o seu contacto com as realidades pedagógicas dos países representados no congresso se repercutiu no espaço público português<sup>21</sup>. A esse propósito considerem-se os mencionados relatórios Rodrigues distribuídos pelos congressistas. Em meados de Agosto de 1930, portanto, três semanas após o fim dos trabalhos em Bruxelas, esses relatórios – *Le Surmenage* (1930) e *Dynamique de l'Enseignement Secondaire* (1930) –, publicados pela editora lisboeta Imprensa Beleza, seriam distribuídos pelos diferentes liceus portugueses, permitindo à sua classe docente contactar com as teses inovadoras propostas pelo autor<sup>22</sup>.

Simultaneamente, as várias conferências proferidas por Rodrigues durante o ano de 1930 constituíram outro instrumento fundamental na difusão de um novo ideário pedagógico e científico. Assumindo lugar de

<sup>18</sup> RODRIGUES, José Júlio (1931), *op. cit.*, nota 15, p. 408.

<sup>19</sup> AIC, Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.

<sup>20</sup> «Le surmenage». *Le Soir*, 25-VII-1930.

<sup>21</sup> GOODMAN, Dena (1992) «Public Sphere and Private Life: Toward a Synthesis of Current Historiographical Approaches to the Old Regime». *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, 31(1): 1-20.

<sup>22</sup> AIC, Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.

destaque encontram-se as que realizou na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Nos dias 8 e 12 do corrente, pelas 21 horas e meia, realizará duas conferências na 'Sala Algarve' da Sociedade de Geografia o ilustre professor e notável conferencista Dr. José Júlio Rodrigues, que versará na sua primeira conferência os assuntos debatidos no último Congresso Internacional do Ensino Secundário, realizado em Bruxelas, o *surmenage*, os edifícios e as instalações escolares sob o triplice aspecto higiénico, estético e pedagógico. Na sua segunda conferência analisará Sua Excelência as bases da organização do nosso ensino secundário e traçará o plano de estudos que se lhe afigura mais conforme com as correntes modernistas preconizadas nos mais notáveis centros de actividade pedagógica do mundo. Como se vê deste resumido elenco, trata-se de problemas do maior interesse para o público e que estão na ordem do dia do nosso ensino secundário<sup>23</sup>.

No relatório que envia à Junta, José Júlio Rodrigues especifica mesmo algumas das questões a abordar nestas conferências. Tendo aproveitado a presença no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário para visitar o Dispensário de Higiene Mental de Bruxelas, conciliando a participação em eventos internacionais com a prática das missões científicas e das visitas de estudo, teve oportunidade de contactar com Guillaume Vermeylen (1891-1943), director do Dispensário,

[...] assistindo à organização de fichas mentais e ao exame de anormais. Estudei os *testes* organizados por este eminente clínico e convenci-me, *de visu*, dos inapreciáveis serviços de orientação pedagógica que tais estudos podem prestar aplicadas à massa imensa de alunos das nossas escolas secundárias. / De tudo isso me proponho dar conta minuciosa nas minhas próximas conferências de Outubro, na Sociedade de Geografia de Lisboa, analisando nos seus mais íntimos detalhes estas e outras questões de primeiro interesse para o nosso ensino público<sup>24</sup>.

No ano seguinte, reconhecendo a importância da actividade desenvolvida por Rodrigues no Congresso de Bruxelas, a Junta de Educação Nacional financiou a sua deslocação a Paris, onde se realizaria o XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário. No regresso a Portugal realizaram-se novas conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa, expondo a acção por si desenvolvida<sup>25</sup>. No Congresso de Paris José Júlio Rodrigues conseguiu fazer aprovar uma resolução visando o controlo médico nas escolas secundárias, o que no seu entender significou:

<sup>23</sup> Nota informativa divulgando as conferências de José Júlio Rodrigues na Sociedade de Geografia de Lisboa, AIC, Cx. 0460, Proc. 9 (sublinhado no original).  
<sup>24</sup> *Ibidem* (Sublinhado no original).

<sup>25</sup> *O Século*, 01-11-1931: 7. MANAÇAS, Afonso (1931) «O ofício do Médico-Escolar». *LABOR*, 38: 535-543.

[...] a utilidade de *uma selecção* à porta das escolas e de *um controle* dentro delas, a possibilidade de criação de *regimes especiais* para valores duvidosos recuperáveis, a necessidade, enfim, de uma *entente* dos vários países sobre tão momentosos assuntos, estabelecendo, em conjunto, uma vigilância à mocidade, em ordem a *não se perder valor algum*<sup>26</sup>.

Se a preocupação em *não se perder valor algum* recorda os cuidados de Santiago Ramón y Cajal (1852-1934) com «[...] los ríos que se pierden en el mar [...]»<sup>27</sup>, do mérito que incumbe a José Júlio Rodrigues e, por inerência, a Portugal, expresso no último período, resultam os propósitos finais dos «Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual» da Junta de Educação Nacional.

Uma análise mais pormenorizada, percepcionando o significado da presença de José Júlio Rodrigues nos XII e XIII Congressos Internacionais do Ensino Secundário – onde defende ideias que nem a I República promulga, como seja a supressão dos exames liceais, apesar do debate intenso promovido por educadores, pedagogos e professores, ligados a movimentos como a *Seara Nova* –, conduz à evocação da tese de João Barroso. Defendendo que a Ditadura Militar e o Estado Novo, no seu início, decretam a extinção do liceu herdado da I República, o mesmo autor reconhece que os liceus possuem uma História que não corre, necessariamente, ao ritmo das mudanças da conjuntura e dos regimes políticos, derivando mais das estratégias dos actores do que de reformas<sup>28</sup>.

Neste sentido, a participação financiada de um professor liceal português, em 1930 e 1931, em dois congressos internacionais do Ensino Secundário, pelas posições assumidas e sua projecção nacional e internacional, pode ser interpretada como um foco de resistência aos decretos ministeriais. Paradoxalmente, o Estado autoritário que procurava dismantelar a *escola republicana*, tinha ainda espaço para a disseminação no espaço público de ideais pedagógicos inovadores.

### Considerações Finais

Herdeiro de um contexto científico e intelectual heterogéneo, marcado por diferentes matrizes filosóficas e pedagógicas, bastante influenciadas por um ideário educativo cientificista e «respublicano», José Júlio Rodrigues

<sup>26</sup> RODRIGUES, José Júlio (1931), *op. cit.*, nota 15, p. 437-438 (Itálico no original).

<sup>27</sup> GONZÁLEZ IBÁÑEZ, Carlos y SANTAMARÍA GARCÍA, Antonio (eds.) (2009), *Física y Química en la Colina de los Chopos. 75 años de investigación en el edificio Rockefeller del CSIC (1932-2007)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

<sup>28</sup> BARROSO, João (2013) «Ensino Liceal». En: ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. I: 1180. Lisboa: Assembleia da República.

foi um pedagogo e professor liceal com concepções e propostas bastante inovadoras para o contexto educativo português do primeiro quartel do século XX.

A partir de 1929 a Junta de Educação Nacional, enquanto instituição estatal promotora do progresso científico e educativo em Portugal, proporcionou-lhe as condições necessárias ao aprofundamento do seu conhecimento científico e pedagógico, mediante a realização de viagens e de missões de estudo ao estrangeiro, e promovendo a divulgação das suas propostas junto da comunidade científica europeia, mediante o patrocínio da participação em grandes eventos internacionais, como eram então os Congressos do Bureau international des fédérations nationales du personnel de l'enseignement secondaire public, que reunia, em 1931, 24 associações afiliadas, de países como a França, a Bélgica e os Países Baixos. Neste sentido, a JEN contribuiu decisivamente para a disseminação no espaço público português de um ideário educativo distinto do promovido pelos poderes públicos que então a suportavam.

A presença de José Júlio Rodrigues nos XII e XIII congressos internacionais do Ensino Secundário permitiu ainda a dinamização de elites científicas em rede, mais activas, abertas e internacionalizadas, contribuindo, deste modo, para a dinamização e modernização da actividade pedagógica nacional. Simultaneamente, importa encarar a sua presença nestes congressos e o seu protagonismo como um instrumento de integração de «Portugal na estratégia internacional de construção de Ciência»<sup>29</sup>, tendo em atenção o papel dos congressos como *parlamentos de ciência itinerantes*, espaços privilegiados de divulgação e transmissão do conhecimento, das práticas e das sociabilidades científicas e de construção de importantes solidariedades mentais e institucionais<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> NUNES, Maria de Fátima (2015) «Congressos internacionais: práticas científicas e culturais». En: MALAQUIAS, Isabel *et al* (coord.), *Perspetivas sobre Construir Ciência – Construir o Mundo*: 11-17. Aveiro: Universidade de Aveiro.

<sup>30</sup> MISKELL, Louise (2012) «Meeting places: the scientific congress and the host town in the south-west of England, 1836-1877». *Urban History*, 39 (2): 246.